
AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXX

Distribuição por dependência dos autos **pje nº.**
XXXXXXXXXXXXXX

FULANO DE TAL, qualificado nestes autos, vem, pela Defensoria Pública do Distrito Federal, perante Vossa Excelência, expor e, ao final, requerer a **REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA** decretada nos referidos autos.

Trata-se de ação penal decorrente de denúncia oferecida pelo Ministério Público em desfavor do acusado, pela suposta prática do crime de homicídio simples consumado, com denúncia recebida aos XX/XX/XXX (id 44425409).

Por não ter sido encontrado, o acusado foi citado por edital (id XXXX), o processo foi suspenso e sua prisão preventiva foi decretada aos XX/XX/XXXX (id XXXXXXXX).

“[...] (I) Determino a suspensão do processo, bem como do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP. Anote-se.

Dê-se vista ao Ministério Público a cada seis meses a fim de verificar a localização do réu, bem como se expeçam as folhas de antecedentes penais do acusado para se averiguar a existência de seu endereço atualizado em outro processo ao qual possa estar respondendo.

(II) Quanto ao pedido pela PRISÃO CAUTELAR, aduz o Estatuto Processual Penal, em seu art. 312, caput, que:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Ainda, nos termos do art. 313 do CPP, só será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei n 2.848, de 7

de dezembro de 1940 - Código o Penal; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

IV - (Revogado pela Lei nº 12.403, de 2011).

Compulsando os autos, verifico ser absolutamente necessária a decretação da custódia cautelar do réu para assegurar a aplicação da lei penal.

O delito atribuído ao acusado é punido, em tese, com pena privativa de liberdade superior a quatro anos.

Há nos autos notícia de estar o denunciado em lugar incerto e não sabido, sendo que a sua localização, além de garantir o prosseguimento do feito, possibilitará ao próprio acusado apresentar sua versão dos fatos, auxiliando no deslinde do crime investigado, e, em caso de eventual condenação, assegurar a aplicação da lei penal.

Neste contexto, mostram-se presentes os pressupostos - indícios de autoria e certeza da materialidade - e ao menos um dos fundamentos para decretação da prisão cautelar.

Ressalte-se somente se justificarem as medidas cautelares diversas da prisão (CPP, art. 319) quando se mostrarem suficientes, o que não se verifica no caso dos autos, notadamente porque não é possível a decretação de medida diversa para indigitado que se evade do distrito da culpa, não sendo localizado, inclusive, para a intimação da cautelar imposta.

Em face do exposto, decreto a PRISÃO PREVENTIVA de XXXX, com fundamento no artigo 312 do Código de Processo Penal, para assegurar a aplicação da lei penal. [...]". (id 49945785)

Aos XX/XX/XXXX sobreveio a informação de que o acusado foi preso em decorrência do mandado de prisão expedido por este juízo (id XXXXXX).

Muito embora o acusado tenha sido citado pessoalmente no Centro de Detenção Provisória - CDP, na oportunidade não foi declinado endereço onde o réu residia.

Aos XX/XX/XXXX os familiares do réu procurarão o NAI-XXXXXX para obter informações sobre a prisão do acusado, oportunidade em a **genitora**, a senhora **FULANA DE TAL**, **declinou**

endereço onde o acusado reside e poderá ser encontrado, caso seja posto em liberdade - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX e XXXXXXXX, bem como forneceu cópia do comprovante de residência (cópia anexa).

Ademais, conforme se observa na comunicação da prisão preventiva do acusado, sua prisão foi realizada nesta circunscrição, o que denota que o réu sequer saiu do distrito da culpa, não havendo razões para crer que ele buscasse se furtar da aplicação da lei penal.

Diante das informações trazidas, verifica-se a clara alteração no contexto fático, não se mostrando necessária, nem tampouco razoável, a manutenção da prisão preventiva do réu.

Ora, adstrita que é a segregação cautelar à **situacionalidade** do fundamento que a justifique, tem-se que o seu desaparecimento enseja a revisão imediata da medida excepcional imposta à ré.

Esse o regramento expressamente previsto no texto normativo processual penal, *in verbis*:

Art. 282.

(...)

§ 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva (art. 312, parágrafo único).

§ 5º O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem

A prisão cautelar é medida excepcional e deve ser decretada ou mantida apenas quando devidamente amparada pelos requisitos legais, em observância ao princípio constitucional da presunção de

inocência ou da não culpabilidade, sob pena de antecipar a reprimenda a ser cumprida quando da condenação.

Nesse sentido, segue jurisprudência do e. TJDFT:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TENTADO. FUGA DO RÉU APÓS COMETIMENTO DO DELITO. APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA DEPOIS DE QUASE 20 ANOS. PRIMARIEDADE, RESIDÊNCIA CERTA E OCUPAÇÃO LÍCITA. AUSÊNCIA DO COMETIMENTO DE OUTROS DELITOS. PRISÃO PREVENTIVA DESNECESSÁRIA. ORDEM CONCEDIDA.

I - A prisão cautelar deve ser considerada exceção. Apenas se justifica a adoção da medida constritiva caso seja demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

II - No caso concretizado, a apresentação espontânea, aliada a condições favoráveis do recorrente como primariedade, residência certa, ocupação lícita, ausência de cometimento de outro crime durante todo o período em que esteve desaparecido, afastam a necessidade da custódia preventiva. Ordem de Habeas Corpus concedida.

(Acórdão n.981253, 20160020465122HBC, Relator: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 10/11/2016, Publicado no DJE: 15/12/2016. Pág.: 157/158)

Dessa forma, pugna-se pela **REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA** do acusado, vez que não encontra respaldo no contexto fático apresentado, **tendo em vista a prisão do acusado no distrito da culpa e o declínio de endereço atualizado**, não havendo motivos que denotem que o réu buscava se furtar da aplicação da lei penal e não subsistindo mais os requisitos autorizadores da segregação imposta.

Termos em que pede deferimento.
XXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

Defensor Público
OABXXXX

FULANO DE TAL
Mat. XXXXXX